

Práticas de Seleção de Leitura

Caracterização das práticas sociais de seleção de leitura e sua relação — com o modelo literário como discurso privilegiado.

I — IMPORTANCIA E DESPREZO DA LEITURA

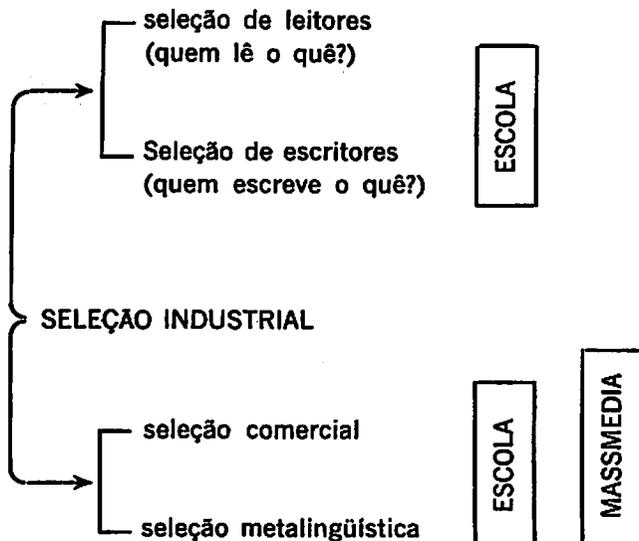
A história da leitura constrói a história da escrita. E como nenhum texto pôde até hoje ser lido por todos os leitores, ou nenhum leitor até hoje conseguiu ler todos os textos, a história da leitura tem de ser posta em jogo com a história da falta da leitura. Lê-se um texto em vez de outro, e esta escolha não radica na liberdade do indivíduo leitor. Há práticas institucionalizadas de seleção de leitura, que determinam quais textos serão lidos, e quais indivíduos os lerão.

Os discursos sobre literatura constituem uma prática de seleção de leitura e legitimam outras. Inseridos na tensão social-cognitiva entre o lido e o não-lido, seu percurso revela o deslocamento em direção à oposição literário/não-literário, descontextualizando seu objeto — Literatura — numa idealização fechada e triunfalista. Assim, deslocado, o texto se coloca acima da história, da realidade, da vida social. Este texto idealizado, ao contrário dos textos reais, parece prescindir da leitura real de leitores reais para se configurar.¹

1. Cf. MACHEREY, Pierre. *Pour une théorie de la production littéraire*. Paris, Maspers, 1966;

O privilegiamento do literário, ao tornar o texto independente do público leitor, pretende apresentar-se como um modo de se reagir contra a transformação do texto em mercadoria. Na verdade, seu efeito acaba sendo garantir a posse do texto para um pequeno grupo de elite, que domina práticas de seleção de leitura reforçadoras da discriminação.

II — PRATICAS DE SELEÇÃO DE LEITURA (quadro esquemático)



III — ALGUNS COMENTARIOS

1. Sobre a seleção de leitores

Além dos analfabetos (no Brasil, mais de 20 milhões de pessoas), há muitos outros indivíduos, alfabetizados, que são excluídos do universo da escrita/leitura, porque não há textos endereçados (adequados) a eles. O leitor típico brasileiro, configurado pelos textos, tem no mínimo 1º grau completo. Mesmo assim, a maioria só tem acesso a um tipo «degenerado» de texto, no qual o nível de redundância lingüística formal necessário à compreensão é manipulado ideologi-

camente na configuração do real textual. O texto simples identifica-se ao texto não-questionador. A escola ratifica tal manipulação, ao formar leitores dóceis, em vez de leitores críticos.

2. Sobre a seleção de escritores

A escola inibe a criação de textos dentro de modelos literários. Ninguém aprende na escola a escrever, por exemplo, um conto ou uma peça teatral. Isso é acompanhado de uma mitificação do trabalho do escritor, que é visto como aquele que nasceu com o dom de escrever. Ser escritor, ter livro publicado, constitui posse de um capital simbólico. Mas a maior parte dos leitores não percebe que a publicação envolve também o capital propriamente dito. Os dispositivos de idealização convergem para desligar a imagem do escritor e sua obra dos aspectos econômicos.

Escritores e críticos afirmam a impossibilidade de se produzir bons textos para muitos leitores. Consideram inevitável que só uma minoria saiba escrever, para uma minoria que saiba de fato ler. A pesquisa do escritor não visa à simplicidade, pois esta, sendo demanda de um grupo social sem texto, é confundida com perda de qualidade artística. A produção literária se biparte: os «best-sellers», textos que a crítica não reconhece, são a literatura escrita para ser lida por muitos; as «obras primas» são a literatura escrita para a eternidade, isto é, para ser lida por poucos com muito poder cultural.

O modo como o escritor trabalha a linguagem revela também o preconceito contra o comum. Fala-se que a literatura brasileira deste século integrou as formas coloquiais populares de linguagem, de caráter menos ou mais regionalizado. Mas completa-se: o grande escritor é aquele que mais transforma essa linguagem bruta. Pelo seu talento criador, ele funda o seu código. Há sobre isso uma observação de Renée Balibar:² o escritor se apropria da linguagem popular e a transforma em algo irreconhecível e incompreensível para o grupo social onde aquela linguagem está viva. A crítica, solidária com a expropriação, não reconhece qualidades no universo linguístico popular, dado como pouco sutil, inexpressivo, etc, quando não simplesmente «errado». Enfatiza-se apenas a transformação a que é submetido este universo, ao se tornar patrimônio de outro grupo social.

2. BALIBAR, Renée. *Les Français fictifs*. Paris, Hachette, 1974;

Sobre a seleção industrial

Mantém-se o mito capitalista da relação entre eficiência e recompensa, ao se julgar que os livros que não foram publicados são os livros que não mereciam ser publicados. São apenas os que não poderão ser lidos, porque não passaram pelo crivo da indústria cultural. A opção artesanal (mimeógrafo, etc) é tolerada, por não constituir ameaça ao sistema de produção e consumo industrial. Há também os «grandes livros» sem leitores que são publicados, mantendo a aura de isenção das editoras.

4. Sobre a seleção comercial

As estratégias de «marketing» tornam certas leituras inevitáveis e indispensáveis. Tais estratégias incluem prêmios, vedetização do autor, espaço na grande imprensa, etc.³. Enquanto isso, outros livros passam despercebidos nas estantes das livrarias. O livro mais lido tende a ser o livro no qual se investiu mais capital.

5. Sobre a seleção metalingüística

Passando pela seleção industrial, dotado da legibilidade mínima própria da mercadoria livro, o texto será tanto mais «legível» quanto mais suscitar outros discursos sobre ele.

Trata-se, pois, de uma postura equivocada, a simples condenação da crítica, visto que ela é indispensável, como impedidora do silêncio, limbo das obras. O problema não é a existência da crítica como instituição, como espaço para o texto que assume o outro texto, e assim dá mais força a este. A existência da crítica só se torna problemática quando se imobiliza na opção por um modelo acabado de literariedade.

Habermas descreve a formação do grande público burguês no século XVIII, se fazendo guiar pelo «juiz de arte», egresso dos salões, que se entende como mandatário e pedagogo do público. Das avaliações morais passa-se às estéticas, pois a burguesia deseja garantir a universalidade e a autonomia das discussões, já que seu domínio deve

3. Cf. DUBOIS, Jacques. *L'institution de la littérature*. Bruxelas, Labor, 1978;

ser entendido como **convergência de poder e razão**.⁴ Reforçando essa ilusão de convergência, os discursos sobre a literatura vão instituindo uma definição de literário que:

- a) assegura sua posse a um grupo de elite (afirmação da complexidade: a grande literatura é inevitavelmente complexa);
- b) separa-o radicalmente de outros discursos (afirmação da especificidade: o discurso literário é diferente de todos os outros em qualquer aspecto);
- c) mascara seu funcionamento ideológico (afirmação da auto-referencialidade: o discurso literário cria sua própria realidade autônoma).

Essas crenças funcionam como um dispositivo de controle, que discrimina obras para não serem lidas/não serem escritas.

Entretanto, esse modelo privilegiador e autonomizador do discurso literário vem sendo indiretamente questionado por outras teorias, como a psicanálise (a cadeia significante em nenhum discurso é arbitrária), a semiótica (não há discurso colado ao referente), a sociologia da cultura (não existe discurso neutro), e por práticas de fusão do literário com seus excluídos (reportagem, depoimento, etc.). A crise do modelo se instala. Torna-se inevitável o reconhecimento de que todo protótipo de literariedade é histórico, e atende aos interesses do grupo social que o institui.

A leitura de textos de boa qualidade não precisa ser uma prática sectária e aristocrática, da qual se achem excluídos milhões e milhões de pessoas. Mas se isso veio ocorrendo, não foi também por acaso: as relações de dominação e a instituição de privilégios são extensivas a todos os campos, inclusive o da arte. Uns dizem que o povo é incompetente para votar; outros, que é incompetente para entender arte. Assim se mantêm sistemas políticos ou estéticos que não interessam à maioria.

Characteristics of the social practices in the selection of readings and their relationship to the literary model as the speech of the ruling-classes.

4. HABERMAS, Jurgen. *História y Crítica de la Opinión Pública*. Barcelona, Gustavo Gilli, 1981.